

Ministro reafirma ser contra a desvinculação de receita orçamentária

Gisele Teixeira
de Brasília

A reforma tributária e o financiamento à saúde estão na pauta das discussões do VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, que reúne cerca de 7 mil pessoas até sábado em Brasília. Em relação ao primeiro item, os especialistas da área não querem mais correr riscos. Depois de serem surpreendidos, durante as discussões da reforma tributária, por uma proposta dos governadores que visava a desvincular as receitas orçamentárias para a saúde, instituída em 2000, eles buscam agora apressar a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 01/2003 no Congresso Nacional.

O PLC regulamentará a Emenda Constitucional 29, que define os percentuais de gastos na saúde em 12% para estados e 15% para municípios, e estabelecerá regras para aplicação dos recursos e prestação de contas. Para José Carvalho de Noronha, presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), promotor do evento, a regulamentação da matéria é fundamental na luta pela estabilização do financiamento público ao setor. Levantamento feito pelo Ministério da Saúde aponta que a desvinculação orçamentária poderia representar perdas de até R\$ 5 bilhões por ano e ameaçar o Sistema Único de Saúde (SUS).



Humberto Costa

A posição da Abrasco tem o apoio do ministro da Saúde, Humberto Costa. Ontem, em reunião com os parlamentares da Frente Parlamentar de Saúde, Costa ratificou a posição contrária da pasta em relação à desvinculação de receitas para estados e municípios. "É prejudicial ao interesse da população que nós tenhamos, por parte de estados e municípios, um movimento para que os investimentos nas áreas sociais deixem de ser uma obrigação. Na medida em que o financiamento é solidário, se um dos entes federativos amplia sua responsabilidade, não faz sentido que outros não se sintam obrigados", disse Costa.

O presidente da Abrasco também defende a retomada do princípio de Seguridade Social, estabelecido na Constituição Federal de 1988, como forma de ampliar o financiamento à saúde. A Constituição determina a integração das ações de previdência social, saúde e assistência social, estabelecendo base comum e diversificada para financiamento: folha de salários, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e contribuição sobre o lucro.

"Na época, a expectativa era de que 25% das receitas das contribuições fossem destinadas para o financiamento de origem federal das ações e serviços de saúde", diz Noronha.

Mas ele acrescenta que desde 1994, com a criação do chamado "Fundo Social de Emergência", foram subtraídos da seguridade 20% de sua arrecadação, "que se mantiveram até hoje, agora sob a forma de Desvinculação de Receitas da União (DRU), sendo destinados ao pagamento de encargos financeiros", diz Noronha.

Segundo o presidente da Abrasco, se tivessem sido cumpridas as disposições legais, todas as despesas da União com a previdência, saúde e assistência social teriam sido custeadas sem nenhum déficit pelas receitas das contribuições sociais. "Em 2002, o superávit foi de R\$ 30 bilhões", afirma. Para este ano, segundo Noronha, o orçamento do Ministério da Saúde poderia saltar dos R\$ 27 bilhões aprovados para mais de R\$ 40 bilhões "se levada em conta a arrecadação das contribuições sociais do ano passado, que foi de quase R\$ 200 bilhões".

Realizado de três em três anos, o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva é considerado um dos mais importantes na discussão do setor no Brasil. Cerca de 6,5 mil trabalhos e comunicações foram inscritos para apresentação este ano. Além dos

brasileiros, o evento conta com convidados do Chile, México, Argentina, Canadá, Venezuela, Moçambique, Espanha, Equador, Cuba e Itália. Entre os destaques da programação de hoje estão o ministro do Trabalho, Jaques Wagner; o coordenador do Programa de Desenvolvimento Estratégico em Saúde da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), Pedro Brito, e do secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda.

Novas diárias do SUS

O ministro da Saúde informou ontem que vai anunciar, no próximo dia 20, os novos valores das diárias do Sistema Único de Saúde (SUS). "Esperamos que o reajuste seja de, no mínimo, 30% para cobrir o aumento dos hospitais, desde junho, com a folha de pagamentos", disse o presidente da Federação Brasileira dos Hospitais (FBH), Eduardo de Oliveira. Ele também anunciou que vai credenciar até o final do ano mais 2.333 leitos em UTIs e liberar R\$ 200 milhões para estados e municípios investirem em equipamentos e na compra de ambulâncias.